



MINISTÉRIO PÚBLICO DA UNIÃO
MINISTÉRIO PÚBLICO DO TRABALHO
PROCURADORIA REGIONAL DO TRABALHO DA 12ª REGIÃO

TERMO DE COMPROMISSO AJUSTE DE CONDUTA Nº 650/2009

O **MINISTÉRIO PÚBLICO (MPU/MPT/PRT da 12ª Região)**, através do Exmo. Sr. Procurador do Trabalho, Dr. MARCELO JOSÉ FERLIN D'AMBROSO, no cumprimento de suas atribuições institucionais-legais, com espeque no art. 129, II e III, da Constituição da República, e

- a) *Considerando os princípios que regem a Administração Pública, estatuídos no art. 37, caput, da Constituição da República, concernentes à legalidade, moralidade, publicidade, impessoalidade e eficiência;*
- b) *Considerando a responsabilidade civil da Administração Pública na prestação de serviços públicos, ainda que sejam efetuados pela iniciativa privada (art. 37, §6º, da CF);*
- c) *Considerando a responsabilidade social do Município na instituição, concessão e prestação de serviços públicos;*
- d) *Considerando que a Lei Municipal nº 1792/ 98 de Balneário Camboriú institui a prestação do serviço público de Mototaxista;*
- e) *Considerando o apurado no ICP 0285.2006.12.000/8 e ICP 0283.2006.12.000/5, revelando precarização do trabalho dos mototaxistas, tratados como “autônomos”, sem cobertura previdenciária e sem observância de direitos sociais;*
- f) *Considerando que a precarização do trabalho dos mototaxistas traduz reflexos negativos na população usuária do serviço, exposta a acidentes de trânsito tanto quanto o profissional prestador, sem garantia de cobertura no infortúnio, seja pela prestação de serviço por pessoa física ou jurídica financeiramente idônea, seja pela ficção do mototaxista “autônomo”;*
- g) *Considerando que cabe à municipalidade cancelar concessão/ permissão/ autorização de serviços públicos à iniciativa privada especialmente quando houver violação da ordem jurídica;*
- h) *Considerando flagrante violação a direitos fundamentais estatuídos no art. 7º da CF, bem assim atinentes à formalização do trabalho (arts. 2º, 3º e 9º c/ c arts. 29 e 41 da CLT);*
- i) *Considerando que a prática de exploração de trabalho em condições informais mediante sonegação dolosa de registro na CTPS do trabalhador é crime capitulado no art. 297, §4º, do CP;*
- j) *Considerando que o valor social do trabalho e a dignidade da pessoa humana são fundamentos da República Federativa do Brasil, conforme art. 1º, IV, da*

CF, os quais não são respeitados na precarização da prestação de serviços de moto-táxi;

toma, do **MUNICÍPIO DE BALNEÁRIO CAMBORIÚ**, pessoa jurídica de direito público, inscrita no CNPJ sob o nº83.102.285/0001-07, com sede na Praça Papa João Paulo I, nº320, CEP 88838-900 – Balneário Camboriú – SC e do **Prefeito Municipal**, Sr. EDSON RENATO DIAS, inscrito no RG sob o nº4/R-1.800.841, SSP/SC, acompanhado pelo Procurador Geral do Município, Dr. MARCELO FREITAS, inscrito na OAB/SC sob o nº8769, **COMPROMISSO**, em conformidade com o art. 5º, § 6º, da Lei 7.347/85, obrigando-se o Município signatário e seus gestores ao seguinte:

- I. Cancelar, no prazo de 90 (noventa) dias a contar desta data, a permissão/ autorização concedida às empresas/ pontos de moto-táxi que não comprovarem, cabalmente, neste prazo, a anotação de CTPS dos mototaxistas com os respectivos recolhimentos de FGTS e INSS
- II. Fica expressamente vetado o repasse/ transferência do ponto de moto-táxi, terceirização ou quateirização do serviço pelo permitido/ autorizado, incubido ao Município e seus gestores responsáveis fiscalizar e cancelar a permissão/ autorização de quem assim proceder.
- III. A remuneração dos mototaxistas deverá observar o piso da categoria ou, na falta deste, o salário-mínimo, e ser respeitada pelos permissionários/ autorizados.
- IV. Na concessão e renovação da permissão/ autorização, caberá ao Município exigir o certificado de regularidade do FGTS e certidões negativas da previdência social do Ministério do Trabalho e Emprego.
- V. O descumprimento de qualquer item deste termo, como também a constatação do descumprimento de obrigações sociais pelos autorizados/ permissionários nas admissões de mototaxistas sujeita o gestor municipal incumbido da fiscalização à responsabilidade solidária trabalhista e previdenciária.
- VI. O Prefeito se compromete a **comparecer**, sempre que solicitado formalmente, perante a este Ministério Público especializado para acompanhamento do cumprimento deste TAC.
- VII. O Prefeito se compromete em publicar, dentro de 48 (quarenta e oito) horas a contar desta data, o presente Termo na imprensa oficial e municipal, para conhecimento da população, mantendo a divulgação no sítio da Internet do governo municipal para ampla publicidade deste TAC.
- VIII. O presente TAC será levado ao conhecimento dos mototaxistas e de sua respectiva associação/ sindicato pela Prefeitura.
- IX. A prática de ato de improbidade relativo à permissão/ autorização de serviços de moto-táxi regulada neste TAC sujeitará o gestor municipal responsável ao imediato afastamento de suas funções.
- X. **Os gestores do Município comprovarão**, mensalmente e sempre que solicitado formalmente, as providências adotadas para o fiel atendimento às obrigações contidas nas cláusulas pactuadas, mediante a remessa dos documentos pertinentes, especialmente editais de processo seletivo simplificado e atos de contratação temporária.
- XI. **A assinatura deste Termo de Compromisso não invalida nem modifica as obrigações pactuadas nos demais Termos de Ajuste de Conduta firmados com este Ministério Público especializado, nem isenta de responsabilidade os gestores e quem mais concorrer para a prática de ilícito vinculado à contratação de pessoal para a prestação de serviços de moto-táxi no Município de Balneário Camboriú.**

O simples descumprimento do presente **TERMO DE AJUSTE DE CONDUTA** sujeitará o Município e seus gestores, solidariamente, à multa principal de R\$ 1.000.000,00 (um milhão de reais), por infração reversível ao FDD e/ ou a entidades filantrópicas sem fins lucrativos, a exclusivo critério do Ministério Público, nos termos dos arts. 5º, §6º, e 13 da Lei Federal nº 7.347/ 1985. A título de fixação prévia de *astreinte*, fica estipulado o valor de R\$500,00 (quinhentos reais) por dia de atraso e/ ou renitência quanto ao cumprimento do presente.

MINISTÉRIO PÚBLICO DA UNIÃO
MINISTÉRIO PÚBLICO DO TRABALHO

O Município e seus gestores ficam desde logo constituídos em mora se constatado o descumprimento deste Termo de Ajuste de Conduta por fiscalização, ou por qualquer outro meio de ciência do Ministério Público, estando cientes de que o descumprimento do presente **COMPROMISSO** ensejará a execução total perante a Justiça do Trabalho, inclusive quanto às obrigações de fazer e não fazer, conforme dicção do art. 876 da CLT.

Ressalta-se que este compromisso vigorará por prazo indeterminado, e seu cumprimento efetivo não revoga nem modifica os Termos de Ajuste de Conduta anteriormente celebrados perante esta Procuradoria Regional do Trabalho que tratam assuntos pertinentes ao presente Termo, cujas obrigações permanecem ratificadas, obrigando, desde logo, todas as administrações municipais que sucederem à atual, inclusive os Prefeitos e Chefes do Legislativo Municipal posteriores.

E para constar eu, Paula de Souza Guedes, Técnico Administrativo, lavrei o presente Termo, que segue assinado por quem de direito.

Florianópolis, 17 de junho de 2009.

Dr. MARCELO J. FERLIN D'AMBROSO
Procurador do Trabalho

EDSON RENATO DIAS
Prefeito Municipal de Balneário Camboriú

DR. MARCELO FREITAS

Procurador Geral do Município – OAB/ SC nº8769